

PRESERVAÇÃO E PRODUÇÃO

Regras para zonear Amazônia

Antônio Menezes - 8/fev/99

GOVERNO ADIANTA QUE NÃO REVOGARÁ A EXIGÊNCIA DE PRESERVAÇÃO DE 80% DAS PROPRIEDADES RURAIS. RONDÔNIA RECLAMA DA MEDIDA

BRASÍLIA (AE) - O presidente Fernando Henrique Cardoso deve assinar, nos próximos dias, decreto fixando regras para a execução do zoneamento econômico-ecológico (ZEE) na Amazônia. O zoneamento definirá as áreas de aptidão agrícola e de preservação ambiental na região. Mas o ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, garante que essas diretrizes não revogarão exigência de preservação ambiental de 80% das propriedades rurais na Amazônia, prevista pela medida provisória que alterou o Código Florestal.

O senador Moreira Mendes (PFL-RO), um dos que negociam com a Casa Civil os termos do decreto, também observa que o texto seguirá os critérios fixados na MP. No entanto, ele defende que em vez de o índice de proteção de reservas legais recair sobre a propriedade privada, deveria ser calculado no conjunto de áreas de um Estado.

Em caso de prevalecer a inter-



ECONOMIA Medida provisória exige desmatamento de 20%, mas senador Moreira Mendes defende que esse limite deveria ser maior para Rondônia

pretação do senador, algumas propriedades privadas na Amazônia poderão desmatar mais do que os 20% permitidos. Para compensar, outros locais com características eminentemente ecológicas deverão ser preservados quase que na sua totalidade.

Dessa forma, o Governo conseguiria apaziguar os políticos e agricultores de Rondônia, que acusam a MP do Código Florestal de invia-

bilizar a economia do Estado. Segundo o senador Mendes, R\$ 120 milhões ao ano deixaram de ser aplicados no Estado após a edição da MP. Os agricultores não estão obtendo empréstimos bancários porque precisam apresentar documento de averbação de 80% da propriedade como reserva legal.

Mendes diz que a MP errou ao equiparar todos os Estados da Amazônia. "Não dá para comparar o

Amazonas, onde 98% de sua área não têm vocação para agricultura, com Rondônia", reclama. Rondônia, ressalta, foi ocupada graças à colonização oficial e abriga 90 mil propriedades rurais, a maioria de até 200 hectares.

Quando as famílias chegaram ao Estado, há 30 anos, eram incumbidas de derrubar 50% da vegetação na área que recebiam do Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária (Incra).

Com a MP, o desmatamento legal caiu para 20%. Mendes aposta que, se os proprietários fossem à Justiça, conseguiriam ter o direito reconhecido e não seriam obrigados a recuperar áreas desmatadas além do previsto pela MP. Rondônia já terminou o ZEE. "Foram nove anos de trabalho", diz o senador, adiantando que o documento será adaptado ao novo decreto.

SATÉLITES ATENTOS

Crescem focos de incêndio florestal

CAMPINAS, SP (AE) - Entre os dias 8 e 14 de junho foram detectados 2.675 focos de fogo em

todo o País, de acordo com o monitoramento orbital feitos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e Embrapa Monitoramento por Satélite. Número 63% maior do que que em igual período de 2001, quando foram 1.636 pontos de fogo. As concentrações mais altas na última semana foram no Mato

Grosso, em especial ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém, na Serra Formosa, região centro-norte do Estado, e nas margens da estrada que liga Barra do Garças a Alô Brasil, quase na divisa com Goiás e Tocantins. No sul do Maranhão, no interior de São Paulo e no Mato Grosso do Sul, sobretudo no Pantanal,

também foram muitas queimadas.

PARQUES

Foram detectados incêndios florestais no Parque Nacional de Emas, em Goiás, onde o fogo começou no dia 13 e prosseguiu durante pelo menos dois dias. Em Minas Gerais, ocorreu um

incêndio de menor proporção no Parque Nacional da Serra da Canastra e os satélites registraram um foco também na Floresta Nacional de Humaitá, no Amazonas, o que é bastante incomum para esta época do ano, quando a vegetação deveria estar úmida demais para pegar fogo.